

POLÍTICA ECONÔMICA: O "MILAGRE BRASILEIRO"

Entre 1968 e 1974, a economia brasileira sofreria uma notável expansão, refletida no crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB). O período, que ficou conhecido como do "milagre brasileiro" em alusão aos "milagres" alemão e japonês das décadas de 1950 e 1960, seria marcado por taxas de crescimento excepcionalmente elevadas, que foram mantidas, enquanto a inflação, "controlada e institucionalizada", declinava, estabilizando-se em torno de 20 a 25% ao ano.

A permanência do ministro Delfim Neto na pasta da Fazenda durante o governo Médici deveu-se sobretudo à pressão exercida por várias entidades de classe do empresariado nacional. Satisfeitos com os resultados obtidos pela gestão anterior do ministro, principalmente no tocante à contenção da inflação, os empresários pediram a manutenção da política econômica.

Em setembro de 1970, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro bateu o recorde de volume de transações em toda a sua história, negociando 24 milhões de cruzeiros num só dia, fato que se repetiria no ano seguinte, quando novos recordes seriam estabelecidos em todos os setores. Em outubro de 1970, o Brasil obteve o maior empréstimo concedido até então pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a algum país da América Latina: 66,5 milhões de dólares para o complexo hidrelétrico de ilha Solteira. Ainda nesse ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) informou que o Brasil havia sido o primeiro país latino-americano a ultrapassar a cifra de um bilhão de dólares em suas reservas de moedas fortes naquele organismo, conseguindo superar em apenas um mês em 105 milhões de dólares as reservas da Venezuela, até aquele momento o país latino-americano mais forte dentro do FMI.

Na exposição final do primeiro ano da gestão Médici, os ministros da Fazenda e do Planejamento afirmaram que, em relação ao setor econômico-financeiro, "o Brasil realizou, em 1970, todas as suas principais metas", enumeradas como "recorde absoluto da década": taxa de crescimento do PIB de 9% (a mesma de 1969); taxa de inflação abaixo de 20%; receita de exportações totais de mercadorias de 2,7 bilhões de dólares; exportações de manufaturados de 430 milhões de dólares; nível de reservas cambiais de 1,2 bilhão de dólares; nível do déficit de 820 milhões de cruzeiros em termos reais (preços constantes) e 0,5% como percentagem do PIB; nível de emissões de 22% em relação ao total emitido até 31 de dezembro de 1969.

No ano de 1971, o Banco Mundial aprovou mais dois empréstimos ao Brasil, num total de 96 milhões de dólares, para exploração de jazidas de minério de ferro. Com a aprovação desses dois créditos, o Brasil tornou-se o maior cliente do banco, atingindo um montante de compromissos no valor de 1,014 bilhão de dólares. No final do ano, foram também divulgados os resultados numéricos da economia referentes a 1971: crescimento do PIB de 11,3% ao ano, perfazendo um crescimento médio de 8,8% para o período de 1967 a 1971, "níveis jamais atingidos anteriormente no país".

Logo no início de 1972, Delfim Neto anunciava que o balanço de pagamentos do Brasil acusara um superávit de 536 milhões de dólares em 1971, e que as reservas totais haviam alcançado 1,721 bilhão de dólares, constituindo-se em novo recorde econômico. Outros empréstimos foram feitos nesse período, perfazendo um total de 560 milhões de cruzeiros, concedidos pelo Eximbank e pelo Banco Mundial, em Washington.

Não obstante, o aumento progressivo da desigualdade na distribuição de renda tornou-se o ponto central da crítica à "política nacional de desenvolvimento" seguida pelo governo Médici e amplamente justificada pelos adeptos do modelo. O próprio presidente da República declarara em relação ao sucesso obtido pela política econômica de seu governo que "a economia vai bem, mas o povo vai mal". Essa asserção foi reinterpretada

pelo ministro do Planejamento com a afirmação de que "a renda *per capita* entre quatrocentos e 450 dólares prova que a renda nacional ainda não tem condições de ser redistribuída para melhorar o padrão de vida".

Os economistas da linha oficial procuravam explicar o problema da concentração de renda como consequência do crescimento da economia, ao contrário de seus opositores, que a identificavam como causa. Entre os primeiros, destacou-se a teoria do "crescimento do bolo", ou seja, a tese de que era necessário assegurar o aumento da riqueza nacional antes de repartir os benefícios do desenvolvimento.

Em conferência pronunciada na ESG em julho de 1972, o ministro Delfim Neto admitiu que "a distribuição de renda no Brasil não é boa", acrescentando todavia que isso já vinha ocorrendo há muitos anos. Justificou o fato pela crescente complexidade da economia brasileira, afirmando que a estrutura produtiva encontrava-se alterada pelo desenvolvimento, o que resultava numa melhoria para todos, "embora alguns melhorem mais que outros".

Em agosto de 1972, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro registrou sua maior valorização dos últimos anos, com uma alta de 9,4%. Logo em seguida, entretanto, as cotações caíram vertiginosamente, causando prejuízos a muitos investidores.

Em seu discurso de final de ano em 1972, Médici enumerou os resultados do ano, definidos como êxitos do governo no campo econômico-financeiro: crescimento do PIB em 10,4%; aumento de apenas 14% no índice de custo de vida na Guanabara; superávit de 2,4 bilhões de dólares no balanço de pagamentos, quatro bilhões de dólares de reservas internacionais (mais do que o dobro das reservas do ano anterior); 3,9 bilhões de dólares de exportações, nas quais os produtos manufaturados contribuíram com mais de um bilhão; 4,2 bilhões de dólares de importações.

Em 1973, a eficiência do modelo econômico tornou a ser elogiada por observadores internacionais, que indicaram seis pontos básicos como os responsáveis pelos excelentes resultados obtidos pelo governo brasileiro: a neutralização da inflação, através de medidas de controle monetário e estruturais; o estímulo às exportações, sobretudo de artigos manufaturados; a promoção de investimentos privados nas áreas menos desenvolvidas do país, através de incentivos fiscais; o incremento das poupanças privadas, impulsionadas pelo dispositivo da correção monetária; a contínua importação de capitais, e grandes investimentos em infra-estrutura, como indústrias de base, usinas hidrelétricas, construção de estradas e melhoramentos dos portos.

Em seu último pronunciamento do ano, Médici anunciou um crescimento de 11,4% do PIB e avaliou em "63% o crescimento do quinquênio que agora se encerra, colocando-se o Brasil, por essa forma, ao lado dos países que conseguiram, na ordem econômica, o crescimento mais rápido que a história moderna conhece".

Ao contrário do que o governo insistia em afirmar, a taxa de inflação não foi contida no limite dos 12% pretendidos, embora não houvesse superado a de 1972. O Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (DIEESE) comprovou sua subestimação e contestou os índices que serviram de base, entre outros cálculos, para a correção salarial.

As exportações elevaram-se a 6,1 bilhões de dólares (50% a mais do que em 1972), e as importações, a 5,9 bilhões de dólares, sendo que as reservas cambiais brasileiras ascenderam a 6,3 bilhões. A dívida externa, entretanto, já então atingirá o montante de cerca de dez bilhões de dólares.